

**ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS
CREDITÓRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **MGI – Minas Gerais Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

(ii) **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"),

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010 ("Lei nº 19.266/10") autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a ceder, a título oneroso à Emissora, o direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ("ICMS");

(ii) de acordo com a Lei nº 19.266/10, a cessão acima indicada: (i) compreende apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito; (ii) somente recai sobre o recebimento dos créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização do parcelamento; (iii) não modifica a natureza do crédito tributário que originou os direitos creditórios objeto da cessão, o qual mantém suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento; (iv) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos tributários originadores, que permanece com a Advocacia-Geral do Estado ("AGE/MG") e com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF/MG"); (v) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas; (vi) é parcial, ficando excluídas (a) a parcela pertencente aos Municípios, nos termos do disposto no inciso IV do art. 158 e no art. 159 da Constituição Federal, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB ("FUNDEB"), nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e (b) as verbas que decorram do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios; (vii) possui caráter definitivo, sem assunção, pelo Estado, perante a MGI, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ("LRF"), caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos (conforme abaixo definido) como operação de crédito;

(iii) o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais cederá à Emissora, de acordo com a Lei nº 19.266/10, direitos creditórios com as características acima mencionadas, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código fornecido pelo Estado de Minas Gerais, por meio do qual seja identificado cada parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco do Brasil S.A., instituição financeira, por intermédio de sua Agência 1615-2, Setor Público, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/4336-24, sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de fiel depositário na forma de depósito ("Direitos de Crédito");

Autônomos”), sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme termos e condições a serem estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado entre a Emissora, a SEF/MG e a AGE/MG e com a intervenção do Banco Centralizador (conforme definido abaixo), a ser celebrado em 24 de julho de 2012 (“Contrato de Cessão Onerosa”);

(iv) os recursos obtidos com a presente emissão de debêntures (“Debêntures”) terão a destinação indicada na Cláusula 3.19 abaixo;

(v) as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a coordenação do Banco Citibank S.A., do Banco ABC Brasil S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme previsto na Cláusula 3.4.1 abaixo, e com a estruturação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.”, celebrado entre a Emissora, o Banco Citibank S.A. e o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de coordenadores, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, na qualidade de estruturador, em 24 de julho de 2012 (“Contrato de Distribuição”);

(vi) os recursos referentes aos Direitos de Crédito Autônomos serão depositados em uma conta corrente centralizadora e vinculada, de titularidade da SEF/MG, movimentável, única e exclusivamente pelo Itaú Unibanco S.A. na qualidade de banco centralizador (“Conta Centralizadora” e “Banco Centralizador”, respectivamente), nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, bem como do Contrato de Administração de Contas, celebrado em 24 de julho de 2012, entre a Emissora, o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo) na qualidade de representante dos Debenturistas, o Banco Centralizador, a SEF/MG e a AGE/MG (“Contrato de Administração de Contas”), sendo que os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 3.8.1 abaixo) serão cedidos fiduciariamente como garantia real a todas as obrigações relativas às debêntures da Emissora, na forma prevista na Cláusula 3.8 abaixo;

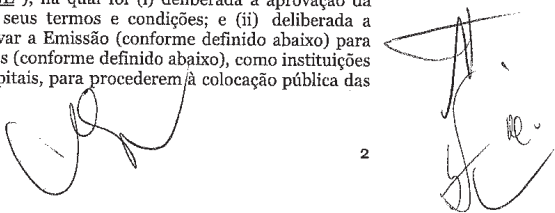
(vii) a constituição da cessão fiduciária anteriormente mencionada será formalizada por meio de um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios (“Contrato de Cessão Fiduciária” e em conjunto com o Contrato de Administração de Contas, os “Contratos de Garantia”), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, a SEF/MG e a AGE/MG, e o Banco Centralizador; e

(viii) serão emitidas, adicionalmente, debêntures simples da 2ª emissão pública pela Emissora, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (“Debêntures Subordinadas”), por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, as quais terão como destinação de recursos a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos pela Emissora;

vêm as Partes por esta e na melhor forma do direito firmar a presente “Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI – Minas Gerais Participações S.A.” (“Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I **DAS AUTORIZAÇÕES**

1.1. A Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 23 de julho de 2012 (“AGE”), na qual foi (i) deliberada a aprovação da Emissão (conforme definido abaixo), bem como seus termos e condições; e (ii) deliberada a autorização à Diretoria da Emissora para (a) efetivar a Emissão (conforme definido abaixo) para distribuição pública; (b) contratar os Coordenadores (conforme definido abaixo), como instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, para procederem à colocação pública das



Debêntures junto ao público; e (c) formalizar os documentos necessários, incluindo, mas não se limitando, aos contratos aplicáveis para efetivação da Emissão (conforme definido abaixo), em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Os Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente em garantia real aos Debenturistas, na forma prevista na Cláusula 3.8 abaixo, foram previamente cedidos pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais à Emissora nos termos da Lei nº 19.266/10 e conforme determinado no Contrato de Cessão Onerosa. A constituição da cessão fiduciária de direitos creditórios foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora em 23 de julho de 2012 ("RCA").

CLÁUSULA II **DOS REQUISITOS**

A terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, da Emissora, é realizada sob o regime de garantia firme de colocação, na forma e nos limites previstos na Cláusula 3.4.1 e seguintes, e será feita com a observância dos seguintes requisitos ("Emissão"):

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da AGE que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 27 de julho de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Hoje em Dia ("Hoje em Dia", e em conjunto com o DOEMG, os "Jornais de Publicação") em 26 de julho de 2012, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A ata de RCA que deliberou sobre a cessão fiduciária de direitos creditórios será devidamente protocolada na JUCEMG em 27 de julho de 2012 e publicada nos Jornais de Publicação em 26 de julho de 2012, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Os atos societários relacionados à Emissão que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) dias úteis de sua assinatura e devidamente publicados nos termos da Cláusula 3.15 abaixo.

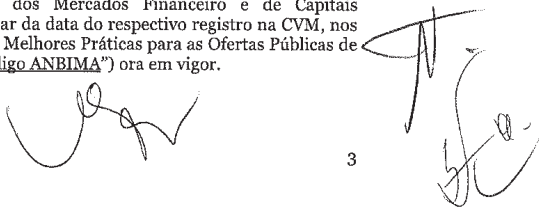
2.2. Registro da Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária

2.2.1. A Escritura devidamente firmada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, seus anexos e respectivos aditamentos serão protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) dias úteis de sua assinatura.

2.2.2. O Contrato de Cessão Fiduciária e seus aditamentos serão protocolados para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da legislação em vigor e conforme especificado em cada um dos Contratos de Garantia, em até 5 (cinco) dias úteis de sua respectiva assinatura. A garantia real em questão somente se encontrará formalizada e constituída em favor dos Debenturistas após o devido arquivamento do Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios acima mencionados.

2.3. Registro na CVM e na ANBIMA

2.3.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei nº 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo registro na CVM, nos termos do art. 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA") ora em vigor.



2.4. Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia

2.4.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), com a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e sistema de negociação da BM&FBOVESPA (“Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA”) (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), com a distribuição e a negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III **DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total e Número da Emissão

3.1.1. As Debêntures representam a terceira emissão de debêntures da Emissora, mas a segunda emissão pública de debêntures.

3.1.2. O valor total da Emissão é de R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.9 abaixo.

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. Serão emitidas 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures.

3.3.2. A quantidade de Debêntures não será aumentada, não havendo exercício das disposições previstas no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, e no artigo 24, da Instrução CVM 400.

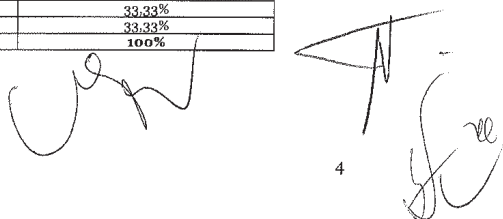
3.3.3. A Emissão contará com série única.

3.4. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação a R\$ 316.000.000,00 (trezentos e dezesseis milhões de reais), com a intermediação do Banco Citibank S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), e em conjunto com o Banco ABC e com o Coordenador Líder, “Coordenadores”, e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (“Estruturador”), nos termos do Contrato de Distribuição.

3.4.1.1. A garantia firme a ser prestada, de forma não solidária entre os Coordenadores, respeitará a seguinte proporção:

	Volume Total de Garantia Firme	Percentual da Garantia Firme
Citibank	R\$ 105.340.000,00	33,34%
Banco ABC	R\$ 105.330.000,00	33,33%
Santander	R\$ 105.330.000,00	33,33%
Total	R\$ 316.000.000,00	100%



4

3.4.2. *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da quantidade de Debêntures a serem emitidas e da Remuneração (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 4.4 abaixo ("*Procedimento de Bookbuilding*"). Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Emissão, conforme previsto no Prospecto, incluindo Pessoas Vinculadas (conforme definição prevista no Prospecto). Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido no Prospecto), sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.4.2.1. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, que deverá ser levado a registro perante à JUCEMG, e será divulgado por meio do anúncio de início da Emissão ("*Anúncio de Início*"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

3.5. Forma

3.5.1. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária, conforme definida na Cláusula 3.18.1, que será responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato expedido pela CETIP em nome do titular das Debêntures. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, se for o caso, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.6. Conversibilidade

3.6.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.7. Espécie

3.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios.

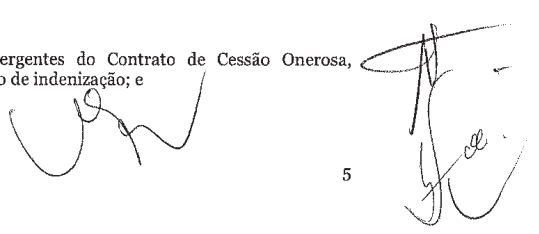
3.8. Garantia

3.8.1. As Debêntures terão como garantia real ("*Garantia*") a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, de titularidade da Emissora, presentes e futuros, conforme descritos na Cláusula 3.8.2 abaixo ("*Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente*"), constituída pelo Contrato de Cessão Fiduciária. O Contrato de Cessão Fiduciária será firmado pela Emissora, pelo Agente Fiduciário, e pelo Banco Centralizador, em benefício dos Debenturistas da Emissão, para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dessa Escritura.

3.8.1.1. Na Data de Emissão, os Direitos de Crédito Autônomos em garantia da Emissão representam R\$ 1.819.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões de reais), apurado conforme preço de aquisição dos referidos créditos, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa.

3.8.2. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em questão são os seguintes:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e



(iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas da Garantia, conforme definidas abaixo (os quais deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista nas cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, cujos rendimentos e quotas de fundo também farão parte dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente), conforme definidas abaixo, bem como todos os direitos sobre as Contas da Garantia (conforme definido na Cláusula 3.8.11.1 abaixo), conforme descritas e caracterizadas nos termos dos Contratos de Garantia.

3.8.3. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente são cedidos fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e nos termos dos arts. 66-B e seguintes da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

3.8.4. Conforme previsão nos Contratos de Garantia, os recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS serão depositados na Conta Centralizadora, cabendo ao Banco Centralizador o devido monitoramento e segregação dos recursos devidos aos municípios do Estado de Minas Gerais, ao FUNDEB e às verbas decorrentes do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios, sendo que tais recursos devidos representam, em conjunto, o equivalente a 40% (quarenta por cento) dos recursos advindos do pagamento dos créditos tributários objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS ("Recursos Excluídos"), e que também serão depositados na Conta Centralizadora, juntamente com os Direitos de Crédito Autônomos, para posterior liberação para uma conta do Estado de Minas Gerais. Os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, serão exclusivamente direcionados automaticamente pelo Banco Centralizador à Conta de Recebimento, de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Centralizador com a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário.

3.8.5. Enquanto existirem Debêntures em circulação o valor mínimo da Garantia deve ser equivalente a 200% (duzentos por cento) do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, observado o critério *pro rata temporis*. De forma a verificar o enquadramento pela Emissora ao parâmetro acima estabelecido, o Agente Fiduciário deverá calcular, mensalmente no 1º (primeiro) Dia Útil, conforme definido abaixo, de cada mês ("Data de Verificação"), após o recebimento do Relatório Gerencial, o **Índice de Garantia Real ("IGR")**, por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$IGR = \frac{\left(\sum_{n=1}^t \frac{VDC_n}{\left(1 + \frac{Spread}{100}\right)^{\frac{dt_n}{252}}} \right) + VFA + VCBM}{SDR}$$

onde:

IGR Índice de Garantia Real, calculado em cada Data de Verificação.

Spread Conforme definido no item 4.4.1.2., como Sobretaxa.

VDCn Valor de todas as parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora vincendas, apurado no n-ésimo mês subsequente à última data de Pagamento da Remuneração e/ou amortização das Debêntures, tendo como base o "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial **deduzido**:

- (i.) os Recursos Excluídos;
- (ii.) o valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos vincendas no n-ésimo mês subsequente à última data de Pagamento da Remuneração e/ou

amortização das Debêntures, tendo como base o "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial;

- (iii.) o valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos cujo status no Relatório Gerencial elaborado pela SEF/MG, e disponibilizado pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário, até o último Dia Útil de cada mês calendário, observado o layout contido no "Anexo II" desta Escritura de Emissão ("Relatório Gerencial"), conste como "Rompido" e/ou em atraso a mais de 30 dias, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva emissão do Relatório Gerencial. Para fins do Relatório Gerencial, o termo "Rompido" significa o crédito referente a determinado contribuinte que esteja inadimplente por 3 (três) meses consecutivos ao pagamento da sua parcela de ICMS.

VFA	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Serviço da Dívida, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial.
VCBM	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Pagamento, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial.
SDR	somatório do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n" ésimos mês de emissão do Relatório Gerencial.
dun	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso e a data de pagamento da "n" ésimas parcelas, ou a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.
K	número total de meses entre a Data de Verificação e a Data de Vencimento, sendo K um número inteiro.

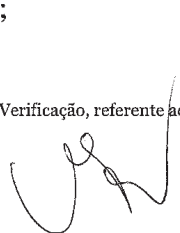
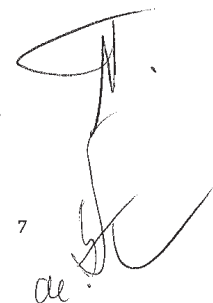
3.8.6. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o IGR, apurado na forma do item 3.8.5 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 200% (duzentos por cento). Caso o valor do IGR seja inferior a 200% em qualquer Data de Verificação, configura-se um Evento de Avaliação, observados os termos da alínea (h) da Cláusula 6.1 abaixo. Para os fins e efeitos de cálculo do IGR, a primeira verificação ocorrerá na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente a emissão do Relatório Gerencial.

3.8.7. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá calcular, em cada Data de Verificação, utilizando o último Relatório Gerencial elaborado pela SEF/MG, e disponibilizado pela Emissora, por meio eletrônico, ao Agente Fiduciário, o **Índice de Cobertura ("IC")** para cada mês *m* entre o mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação e o mês de vencimento das Debêntures em circulação, de acordo com a seguinte expressão:

$$IC_m = \frac{VCR_m}{VAM_m + VJ_m};$$

onde:

ICm Índice de Cobertura, calculado em cada Data de Verificação, referente ao mês *m*.



 7
 de

VCRm	valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora, recebido e disponibilizado pela Emissora, no mês <i>m</i> , a ser levantado pelo Agente Fiduciário com base em informações do Banco Centralizador dos recursos ingressados na Conta de Recebimento.
VAMm	valor da parcela de amortização das Debêntures em circulação, pago ou a ser pago no mês <i>m</i> , conforme definido na tabela contida no " <u>Anexo V</u> " desta Escritura de Emissão.
VJm	valor da parcela de Remuneração das Debêntures, pago ou a ser pago no mês.

3.8.8. Enquanto existirem Debêntures em circulação, cada IC, apurado na forma do item 3.8.7 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1.8. Para os fins e efeitos de cálculo do IC, a primeira verificação ocorrerá na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente a emissão do Relatório Gerencial.

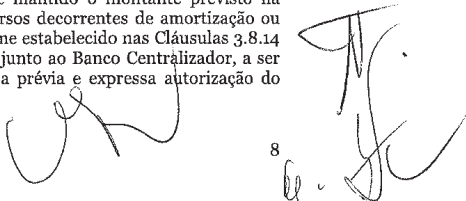
3.8.8.1. Para fins de verificação do IGR e do IC, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, até o último dia útil de cada mês, o Relatório Gerencial atualizado elaborado pela SEF/MG.

3.8.9. Conta Centralizadora. A SEF/MG irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada, de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, na qual serão depositados os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos ("Conta Centralizadora"), sendo que tais recursos deverão ser transferidos automaticamente para a Conta de Recebimento no dia útil seguinte ao depósito realizado na Conta Centralizadora, já desconsiderando os Recursos Excluídos, na forma da Cláusula 3.8.4 acima.

3.8.10. Conta de Recebimento. A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de recebimento, na qual será depositado e mantido o montante equivalente aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, realizado com recursos desta conta), já excluídos os Recursos Excluídos, mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, nos Contratos de Garantia, e na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Conta de Recebimento").

3.8.10.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, respeitado o prazo de carência de 4 (quatro) meses, nos termos da cláusula 1.3.3.1.1. do Contrato de Cessão Fiduciária, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definida abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração (conforme previsto na Cláusula 3.8.11.1 abaixo) e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 3.8.11.1 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário.

3.8.11. Conta de Pagamento. A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de pagamento das Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 3.8.11.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do



Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações (“Conta de Pagamento”).

3.8.11.1. A Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) dia útil anterior a cada data de amortização do Valor Nominal Unitário e de pagamento da Remuneração das Debêntures, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração projetada pelo Agente Fiduciário.

3.8.12. *Conta de Serviço da Dívida.* A Emissora irá constituir, por meio dos Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da presente Emissão, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização ou resgate de quotas de fundo do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 3.8.14 e 3.8.15 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário enquanto as Debêntures estiverem em vigor nos termos desta cláusula, na forma do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações (“Conta de Serviço da Dívida”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”, e, devendo ainda ser considerada a Conta de Serviço da Dívida em conjunto com a Conta de Recebimento e com a Conta de Pagamento como as “Contas da Garantia”).

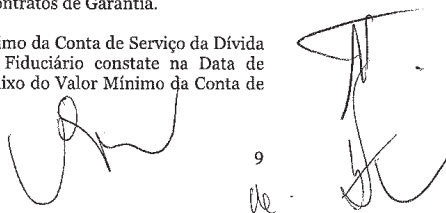
3.8.12.1. A Emissora, até o 56º (quinquagésimo sexto) mês após a Data de Emissão, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração das Debêntures (“Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida”). O cálculo a ser feito pelo Agente Fiduciário tomará por base a Taxa DI divulgada 1 (um) dia útil antes da Data de Verificação, projetada até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida. A partir do 57º (quinquagésimo sétimo) mês após a Data de Emissão, o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida deverá sempre considerar, na Data de Verificação, a quantidade de parcelas restantes para amortização do Valor Nominal Unitário, e a quantidade de parcelas restantes vincendas da Remuneração das Debêntures, que sejam devidas até a Data de Vencimento.

3.8.12.1.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido na cláusula acima, na Data de Verificação, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada em 3 de setembro de 2012.

3.8.12.1.2. Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e da primeira parcela vincenda de Remuneração (conforme Cláusulas 4.3 e 4.5 abaixo), a Emissora terá um prazo de carência até o 4º (quarto) mês após a Data de Emissão para atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Cláusula 3.8.11.1 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

3.8.12.1.3. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação no dia útil subsequente à data de amortização do Valor Nominal Unitário e do pagamento da Remuneração das Debêntures, respeitado o previsto nas Cláusulas 3.8.10.1 acima e 3.8.12.3 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estarão descritos nos Contratos de Garantia.

3.8.12.1.4. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constate na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de



Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitado o atendimento do montante previsto na Cláusula 3.8.11.1 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) dias úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 7.1.

3.8.12.2. Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a **Conta de Pagamento**, conforme os Contratos de Garantia, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do **Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida**, conforme descrita na Cláusula 3.8.12.1 e constituída por meio dos Contratos de Garantia, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado para a Conta de Livre Movimentação (na forma prevista no Contrato de Administração de Contas), observados os termos da Cláusula 3.8.12.3 abaixo.

3.8.12.2.1. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da parcela de Remuneração em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 3.8.11 acima.

3.8.12.2.2. Observados os termos da Cláusula 3.8.12.2.1 acima, a Emissora deverá, na data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, informar ao Banco Mandatário (conforme definido abaixo), com cópia para o Agente Fiduciário, imprimevelmente até às 9h00 do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração.

3.8.12.2.3. Em cada data de pagamento, o Banco Mandatário (conforme definido abaixo) irá debitar da Conta de Pagamento os recursos necessários ao pagamento das Debêntures, conforme informado pela Emissora, nos termos da Cláusula 3.8.12.2.2 acima, independentemente de qualquer notificação, nos termos do "Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Debêntures" ("Contrato de Banco Mandatário"), sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

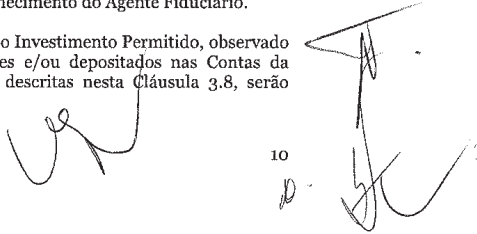
3.8.12.3. Verificando o atendimento à Cláusula 3.8.10.1 acima, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais pelo menos 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, acima mencionadas, observado o IGR previsto nesta Escritura.

3.8.12.3.1. Caso, após a amortização integral das Debêntures, existam recursos nas Contas Vinculadas, os mesmos deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de amortização integral das Debêntures.

3.8.13. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

3.8.13.1. O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas da Garantia para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

3.8.14. A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.14.1 e 3.8.15 abaixo) existentes e/ou depositados nas Contas da Garantia, conforme definidas nos Contratos de Garantia e descritas nesta Cláusula 3.8, serão



Handwritten signature and initials, likely representing the Agente Fiduciário, located at the bottom right of the page.

cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista nos Contratos de Garantia, e deverão ser aplicados no dia útil subsequente ao seu depósito no fundo de investimento Itaú GOV MG Renda Fixa – Fundo de Investimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.716.515/0001-70 e administrado pelo Banco Itaúcard S.A. (“Investimento Permitido”), conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

3.8.14.1. As quotas do fundo do Investimento Permitido (adquiridas com recursos cedidos fiduciariamente na forma da Cláusula 3.8.14 acima) são também cedidas fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente previstas nos Contratos de Garantia.

3.8.15. Os recursos existentes e/ou depositados nas Contas da Garantia deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

- (a) Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e permanecerão investidos, sendo o excedente liberado mensalmente, para a Conta de Livre Movimentação, após o cumprimento dos valores mínimos dessas contas, observado o IGR previsto nesta Escritura; e
- (b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos mantidos na referida Conta de Recebimento também serão aplicados em até 1 (um) dia útil após terem sido creditados em conta e serão mantidos investidos até a data de transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.

3.8.15.1. Os recursos depositados na Conta de Recebimento e na Conta de Serviço da Dívida também serão utilizados para liquidação das Debêntures na hipótese de Vencimento Antecipado (conforme prevista nas Cláusulas 7.1 e seguintes abaixo) das Debêntures.

3.9. Data de Emissão

3.9.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de agosto de 2012 (“Data de Emissão”).

3.10. Local de Pagamento

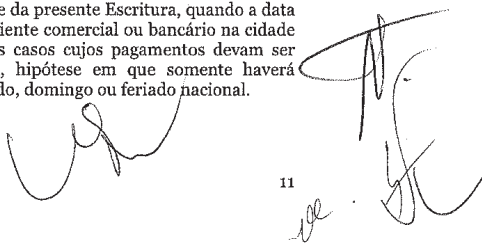
3.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia do seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso em que as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures, bem como para as Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP.

3.11. Imunidade dos Debenturistas

3.11.1. Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário (conforme definido abaixo), no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.12. Prorrogação dos Prazos

3.12.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.



3.13. Encargos Moratórios

3.13.1. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.14. Mora do Debenturista

3.14.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.15. Publicidade

3.15.1. Exceto pelos anúncios e avisos exigidos nos termos da Instrução CVM 400 (quais sejam, o aviso ao mercado, anúncio de início, e o anúncio de encerramento da Oferta), e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do anúncio de encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", edição nacional, todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOEMG e em jornal de grande circulação indicado no Formulário de Referência da Emissora (sendo que na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o jornal utilizado é o Hoje em Dia), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (internet), no endereço www.mgipart.com.br/ri, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

3.15.2. A alteração ao jornal de grande circulação indicado na Cláusula 3.15.1 acima, não importará em aditamento à presente Escritura e deverá ser informada mediante publicação no jornal em vigor até então indicado no Formulário de Referência e no DOEMG.

3.16. Comunicações

3.16.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile, serão consideradas recebidas desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio; e se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

MGI – Minas Gerais Participações S.A.
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Prédio Gerais, 6º andar
CEP 31630-901 – Belo Horizonte, MG
Tel: (31) 3915-4858
Fax: (31) 3915-4893
At.: Sr. Fernando Antônio dos Anjos Viana
Email: fernando@mgipart.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca
CEP 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
At.: Srs. Gustavo Dezouart, Monique Garcia e Marcelo Andrade
Email: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br / ger3.agente@oliveiratrust.com.br / scc@oliveiratrust.com.br

(c) Para o Banco Mandatário e Banco Centralizador:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela
CEP 04344-902 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
At.: Sr. Douglas Cellegari
Email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(d) Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
At.: Sr. Douglas Cellegari
Email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(e) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, São Paulo, SP.
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br
Site: www.cetip.com.br

(f) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, nº 275, São Paulo, SP
Site: www.bmfbovespa.com.br

(g) Para a CVM:

Comissão de Valores Mobiliários

Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP: 20050-901, Rio de Janeiro - RJ

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP: 01333-010, São Paulo - SP
Internet: www.cvm.gov.br

3.17. Banco Mandatário

3.17.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-10 ("Banco Mandatário").

3.18. Instituição Depositária

3.18.1. A instituição depositária da Emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

3.19. Destinação dos Recursos

3.19.1. O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será integralmente utilizado para amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas.

3.20. Repactuação

3.20.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.21. Resgate Antecipado Facultativo

3.21.1. Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo.

3.22. Aquisição Facultativa

3.22.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 3.22.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

CLÁUSULA IV **CONDICÕES FINANCEIRAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. Quantidade

4.1.1. Serão emitidas 31.600 (trinta e um mil e seiscentas) Debêntures, não sendo esse número aumentado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme a Cláusula 3.3.2 desta Escritura.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

4.2.1. O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, nos termos da Cláusula 4.4.

4.3. Cronograma de Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no "Anexo I" desta Escritura de Emissão incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2013 até a última com vencimento em 30 de agosto de 2017, nos termos do "Anexo I".

4.4. Remuneração

4.4.1. A remuneração das Debêntures será calculada conforme o disposto nas Cláusulas 4.4.1.1 e 4.4.1.2 abaixo.

4.4.1.1. *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.4.1.2. *Juros Remuneratórios:* Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. Observada a periodicidade do Pagamento da Remuneração prevista na Cláusula 4.5 abaixo, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos ao final de cada Período de Capitalização ou, conforme o caso, na data do vencimento antecipado das Debêntures. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada período de capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI, da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

TDI_k = fator da taxa DI_k , expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator *Spread* = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais, limitado a até 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator *Spread*) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.4.1.3. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.4.1.4 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.4.1.4. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou

divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral (conforme definida na Cláusula X abaixo) de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Lei das Sociedades por Ações, a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DI_k , a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k nos termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral referida nesta Cláusula 4.4.1.4, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível; ou
- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, independentemente de aprovação dos Debenturistas, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento e as Datas de Amortização estipuladas nesta Escritura, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures em circulação, as Debêntures em circulação farão jus à última taxa DI_k disponível.

4.4.2. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou no Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais. Para as demais obrigações previstas nesta Escritura ou para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP e/ou no Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA, a expressão significa o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.4.3. Para fins da presente Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais

Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.4.4. Para fins da presente Escritura, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada data de amortização das Debêntures.

4.5. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures

4.5.1. A Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), ou da realização do resgate nos termos da Cláusula 4.4.1.4., inciso I acima, conforme previsto nesta Escritura (“Pagamento da Remuneração”).

4.6. Integralização

4.6.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou BM&FBOVESPA, conforme disposto na Cláusula 4.7.1 abaixo.

4.7. Preço de Subscrição

4.7.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 4.4 e 4.5 desta Escritura.

CLÁUSULA V **DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

5.1. Até o pagamento total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de outra forma previamente autorizem, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme estabelecido na Cláusula 3.19 acima;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos (i) do Contrato de Cessão Onerosa e/ou (ii) desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre quaisquer processos judiciais e extrajudiciais que venham a ser ajuizados a partir da data de assinatura desta Escritura, (i) de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), ou (ii) para os casos em que o valor seja inferior ao mencionado no subitem “i” anterior, nas hipóteses em que afete ou que possa afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento do respectivo processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento por parte da Emissora ou do Estado de Minas Gerais de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo inadimplemento ou

descumprimento, se estes forem por parte do Estado de Minas Gerais, ou se estes forem por parte da Emissora;

- (e) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pelo Estado de Minas Gerais à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado ou resilição, ou resolução do Contrato de Cessão Onerosa ou ainda qualquer alteração ou revogação da Lei nº 19.266/10, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;
- (f) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Cessão Onerosa, e/ou (ii) Eventos de Avaliação (conforme definidos na Cláusula 6.1 abaixo), ou ainda Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 7.1 abaixo), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do descumprimento ou da ocorrência de tais eventos;
- (g) não constituir, em favor de terceiros, garantias ligadas aos direitos creditórios oriundos do Contrato de Cessão Onerosa;
- (h) manter válidas todas as autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente licenças e autorizações, sejam elas requeridas ou não nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, e que possam impactar adversamente e de forma significativa, a condução de seus negócios;
- (i) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (j) encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando o escopo da solicitação, informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer; (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; (iii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, Evento de Avaliação, ou evento de inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação por ela assumida fora do âmbito da Oferta, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida correspondência ou notificação; e (iv) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as sociedades controladoras e controladas.
- (k) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas no prazo solicitado;
- (l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (m) obter e manter, sempre atualizado, o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (n) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (o) (i) contratar ou manter contratada agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch, ou outra agência de *rating* de renome internacional, aceita por Debenturistas representativos por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário e à CVM os

relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da alteração da classificação de risco das Debêntures;

- (p) divulgar na página da rede mundial de computadores pertinentes, o relatório referido na alínea anterior;
- (q) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Cessão Onerosa ("Contratos da Emissão") e todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (r) cumprir, em todos seus aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (s) estruturar departamento para atender aos Debenturistas, de forma a assegurar a devida prestação de informações aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- (t) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de notificação de qualquer Debenturista solicitando tal convocação;
- (u) observar e cumprir com todas as suas obrigações constantes dos Contratos da Emissão e de todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (v) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos e/ou descritos, conforme o caso, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos a esses documentos, e notificar o Agente Fiduciário e os Coordenadores sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos dos Contratos de Garantia, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data dos referidos eventos, fatos ou circunstâncias; e
- (w) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social então encerrado, ou cópia das informações financeiras revisadas relativas ao respectivo trimestre, conforme o caso, acompanhadas do relatório da administração, e de parecer dos auditores independentes e/ou relatório de revisão especial, conforme o caso, caso não estejam disponíveis na CVM.

CLÁUSULA VI
EVENTOS DE AVALIAÇÃO

6.1. São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação"), sujeitos aos procedimentos definidos nas Cláusulas 6.2 e seguintes abaixo, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do término do prazo para seu cumprimento;
- (b) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos;
- (c) se por qualquer motivo, a classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Debêntures for rebaixada dois níveis abaixo do equivalente à classificação "AA" - escala nacional pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou ainda seu equivalente pela Moody's;
- (d) caso seja ajuizada contra a Emissora qualquer ação, ou conjunto de ações, de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (e) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (f) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 06 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição a alienação de ativos de titularidade da Emissora;
- (g) caso o índice de cobertura (IC) não atenda a, no mínimo, 90% do valor disposto na Cláusula 3.8.7 em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação quaisquer dentro de um período de 12 meses consecutivos;
- (h) caso a Emissora deixe de atender a, no mínimo, 90% dos limites mínimos fixados para o índice de garantia real (IGR), em qualquer Data de Verificação;
- (i) caso não haja recursos na Conta de Pagamento para atendimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, e seja necessária a aplicação do procedimento previsto na Cláusula 3.8.12.2.1;
- (j) caso sejam criados novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam afetar de forma relevante, a critério dos Debenturistas, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos dos Contratos da Emissão;
- (k) caso a Emissora conceda ou tome mútuos, empréstimos, financiamentos, adiantamentos, ou qualquer outra forma de tomada de recursos (*intercompany*) para ou de quaisquer sociedades controladas pelo Estado de Minas Gerais sem a prévia anuência da maioria das Debêntures em circulação, exceto por mútuos, financiamentos e dívidas subordinadas às Debêntures;
- (l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de

suas obrigações relativas às Debêntures;

- (m) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora que possa afetar adversamente o pagamento das Debêntures;
- (n) ocorrência de questionamento judicial ou administrativo acerca da legalidade ou validade dos Contratos da Emissão, que possa afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia), exceto os casos que tenham sido objeto de decisão judicial irreversível que tenha julgado improcedente o referido questionamento; ou
- (o) caso seja ajuizada contra a Emissora pelo Estado de Minas Gerais qualquer ação, ou conjunto de ações, questionando qualquer dos Contratos da Emissão.

6.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, na forma da Cláusula 3.16 acima, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data em que esta tomar conhecimento do evento.

6.3. Após receber a notificação de que trata a Cláusula 6.2 acima ou após receber notificação de qualquer Debenturista, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação, o Agente Fiduciário convocará, em até 3 (três) dias úteis da data em que for notificado, Assembleia Geral de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão, devendo o Agente Fiduciário interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

6.4. Para quaisquer dos Eventos de Avaliação, exceto os itens “g” e “h” acima, o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas, titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, deliberarem na Assembleia referida na Cláusula 6.3 acima que o respectivo Evento de Avaliação **constitui** um Evento de Inadimplemento. Neste caso, serão adotados os procedimentos referidos nas Cláusulas 7.3 e seguintes.

6.5. Exclusivamente para os Eventos de Avaliação “g” e “h” acima, tais Eventos de Avaliação não serão considerados um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas, titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, deliberarem na Assembleia referida na Cláusula 6.3 acima que o respectivo Evento de Avaliação **não constitui** um Evento de Inadimplemento.

6.6. Na hipótese de (i) não ser alcançado o quorum da Cláusula 6.4 acima; ou (ii) deliberação pelos Debenturistas, na forma da Cláusula 6.5 acima, de não constituir o Evento de Avaliação em questão um Evento de Inadimplemento, conforme previsto na Cláusula 6.4, o Agente Fiduciário deverá retomar imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia.

6.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas poderão convocar ou solicitar que seja convocada, conforme o caso, novas Assembleias Gerais de Debenturistas, para avaliar se os eventos descritos nas alíneas “m” e “n” da Cláusula 6.1 transformar-se-ão em Evento de Inadimplemento, sendo que tal faculdade lhes será assistida a qualquer momento enquanto estiverem em curso as ações a que se referem as alíneas “m” e “n” da Cláusula 6.1.

CLÁUSULA VII
VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário deverá, tão logo receba notificação, quanto à ocorrência de tais eventos, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado" e "Evento de Inadimplemento");

- (a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (b) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures ou qualquer outra mora relacionada aos Contratos de Garantia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;
- (d) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os Direitos de Crédito Autônomos, ou os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nesta Escritura, no Contrato de Distribuição, e nos Contratos de Garantia relativos às Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (e) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") (ou seu equivalente em outras moedas);
- (f) observado o disposto na Cláusula 7.5 abaixo, cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra sociedade, ou qualquer forma de reorganização societária (exceto incorporação de outras empresas pela Emissora), sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (g) criação ou existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;
- (h) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, que não seja sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação nesse sentido;

- (k) observado o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, a captação de novos empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos, emissão de valores mobiliários, ou qualquer outra forma de tomada de recursos não lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação, os quais ocorram: (i) até a data de encerramento da Emissão; ou (ii) a partir da data da integralização das Debêntures e que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), exceto, em ambos os casos, pela emissão das Debêntures Subordinadas a qual fica desde já autorizada e que não deve ser levada em conta para cômputo do limite anteriormente definido;
- (l) observado o disposto na Cláusula 7.5 abaixo, a redução de capital social da Emissora e/ou a negociação, a qualquer título, pela Emissora, com ações de sua emissão;
- (m) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Emissora tiver ciência da ocorrência, à exceção do (i) protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo legal e (ii) protesto cancelado;
- (n) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do inadimplemento e/ou da declaração de vencimento antecipado de tal dívida e/ou obrigação, e desde que sejam observados todos os prazos de carência e períodos de cura aplicáveis a estas obrigações;
- (o) as declarações e garantias prestadas pela Emissora nos Contratos da Emissão provarem-se falsas, incorretas em aspectos relevantes ou enganosas, na data em que foram prestadas;
- (p) provimento de decisão judicial ou administrativa, ainda que de natureza liminar, que declare a ilegalidade ou invalidade dos Contratos da Emissão, de forma a afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia);
- (q) ocorrência de alteração ou qualquer modificação por parte do Estado de Minas Gerais nas características dos Direitos de Crédito Autônomos, ao tempo de sua cessão para a Emissora nos termos do Contrato de Cessão Onerosa;
- (r) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora deixe de ser realizada por empresa de auditoria independente, devidamente registrada na CVM, e considerando que tal empresa seja uma daquelas que tenha realizado, em bases constantes, auditoria de companhias abertas emissoras de valores mobiliários em ofertas públicas registradas na CVM no ano imediatamente anterior à contratação da referida empresa de auditoria pela Emissora;
- (s) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada aos Contratos da Emissão e às Debêntures, em especial a amortização do Valor Nominal Unitário e o pagamento da Remuneração (previstos nas Cláusulas 4.3 e 4.5, respectivamente), não sanado integralmente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data do respectivo vencimento da obrigação;
- (t) não substituição do Banco Centralizador em até 30 (trinta) dias corridos, contados de um dos eventos a seguir: (i) em caso de decretação de intervenção, liquidação

extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador, (ii) caso o Banco Centralizador deixe de exercer suas funções nos termos dos Contratos de Garantia e dos respectivos Contratos da Emissão, sem a assunção, por outra instituição financeira, de suas responsabilidades definidas nos Contratos da Emissão dos quais o Banco Centralizador seja parte ou interveniente;

- (u) caso seja promulgada qualquer tipo de legislação ou medida administrativa pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que inviabilize os procedimentos descritos nesta Escritura ou nos demais Contratos da Emissão;
- (v) caso a Emissora deixe de atender o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, previsto na Cláusula 3.8.12.1 acima, e/ou o valor mínimo da Conta de Pagamento, conforme previsto na Cláusula 3.8.11.1 acima, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação de reposição enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, observados os procedimentos previstos nos Contratos de Garantia;
- (w) caso seja proferida decisão judicial ou administrativa, mesmo que em caráter liminar, em qualquer ação ajuizada pelo Estado de Minas Gerais contra a Emissora, declarando a invalidade ou a ilegalidade dos Contratos da Emissão;
- (x) deliberação, em Assembleia Geral de Debenturistas, que qualquer dos Eventos de Avaliação previstos nesta Escritura constitui um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula 6.4 acima;
- (y) rescisão, por qualquer motivo, de quaisquer dos Contratos da Emissão; ou
- (z) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa, de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Cessão Onerosa, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 3.16 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.13 acima.

7.4. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer captação de recursos pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, a operações realizadas por meio de financiamento, adiantamento de recursos ou emissão de valores mobiliários, lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação.

7.5. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer operação de reorganização societária, transferência de ativos e/ou, redução do capital social, realizadas pela Emissora com o intuito de fazer com que as participações acionárias indiretamente detidas pelos acionistas da Emissora em sociedades investidas pela Emissora tornem-se participações diretas. Para os fins do art. 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, a redução do capital com o objetivo previsto nesta Cláusula 7.5 considerar-se-á, desde já, previamente aprovada pelos Debenturistas.

CLÁUSULA VIII
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

8.2. Substituição

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.2.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 8.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 8.2.5 abaixo.

8.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

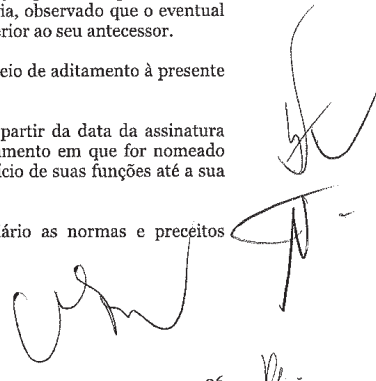
8.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

8.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCEMG.

8.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

8.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.



8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, na presente Escritura e nos Contratos de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) enviar à CVM e à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP, após a primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM e à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP, no primeiro dia útil da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômico-financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) amortização, conversão, repactuação, aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da

Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos Contratos de Garantia; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA e/ou na CETIP; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, inclusive, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA;

(r) fiscalizar, com obrigações de meio, o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias (prazo este aplicável à notificação individual), de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura ou nos Contratos de Garantia indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à BM&FBOVESPA e/ou (iii) à CETIP;

(t) verificar a regularidade da constituição da cessão fiduciária de direitos creditórios, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, de acordo com Relatório Gerencial a ser apresentado anualmente por auditoria independente;

(u) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia;

(v) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e

(w) calcular o IC e o IGR mensalmente, utilizando-se dos dados do Relatório Gerencial e informações do Banco Centralizador, conforme indicado nesta Escritura.

8.4. Atribuições Específicas

8.4.1. Nos casos de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, quando cabível nos termos desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, após a inobservância desta última de

notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias.

8.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo quorum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) da mesma Cláusula.

8.4.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas, para o fim de ser, imediatamente, ressarcido pela Emissora.

8.4.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 8.4.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.4.5. O Agente Fiduciário obriga-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei e pelas demais disposições desta Escritura. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora.

8.4.6. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional.

8.5. Remuneração do Agente Fiduciário

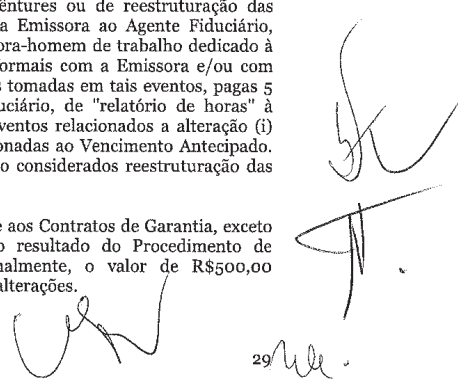
8.5.1. Serão devidas ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga pelo Coordenador Líder da seguinte forma:

- (a) parcela única de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de implementação da Emissão, devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura; e
- (b) parcela única de R\$260.768,19 (duzentos e sessenta mil, setecentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura.

8.5.1.1. Caso as Debêntures não sejam quitadas na data de seu vencimento, serão devidas, pela Emissora, parcelas mensais adicionais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até a liquidação integral das Debêntures.

8.5.1.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

8.5.1.3. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura e aos Contratos de Garantia, exceto pelo aditamento já previsto nessa Escritura para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, serão devidos ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.



8.5.1.4. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS ou outros (Impostos Sobre Serviços) de qualquer natureza, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.5.1.5. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão.

8.5.1.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.5.1.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.5.1.8. Fica acordado que o Agente Fiduciário devolverá ao Coordenador Líder, no caso de sua substituição, seja por renúncia ou por deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral, o valor líquido de impostos do honorário previsto na alínea “b” do item 8.5.1 acima referente ao serviço não prestado.

8.5.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais relacionadas à presente Emissão serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.5.3. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão as partes da revisão dos honorários propostos.

CLÁUSULA IX **DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral”).

9.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.1.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, conforme previsto no artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

9.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos parentes até segundo grau.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures.

9.4.3. As alterações referentes: (i) à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, à alteração de prazos de vencimento e aos pagamentos de principal e da Remuneração; e (ii) a qualquer modificação na cláusula de Vencimento Antecipado, à alteração de qualquer dos termos da Garantia, incluindo, qualquer alteração nos termos descritos nos Contratos de Garantia, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9.4.4. Toda e qualquer alteração nas Cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, ressalvadas as alterações indicadas na Cláusula 9.4.3 acima, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

9.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas, com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9.4.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

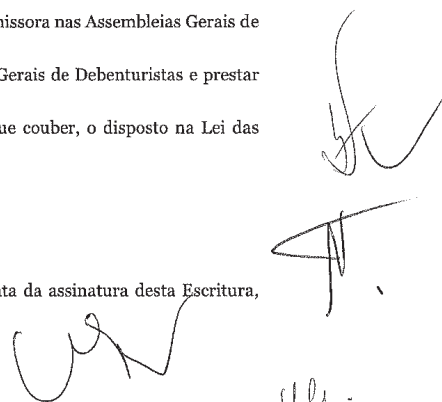
9.4.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4.8. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X **DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

10.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

10.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:



- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (e) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) esta Escritura e os Contratos de Garantia contêm obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) nos termos da alínea "k", inciso XVII do art.12 da Instrução CVM 28, prestamos serviços para a CEMIG Geração e Transmissão S.A., sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Emissora, em sua 2ª emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com vencimento da primeira série em 15 de janeiro de 2012 e da segunda série em 15 de janeiro de 2015, no volume total de R\$2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão, mediante a emissão de 270.000 debêntures. Foram realizados pagamentos de juros da primeira série em 17/01/2011 e 16/01/2012, e de amortização da primeira série em 16/01/2012.;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (k) aceita integralmente todas as Cláusulas e condições da Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (m) verificou a veracidade das informações, observados os termos da Cláusula 10.2.1. abaixo, contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora; e
- (n) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, a garantia real não está devidamente constituída e exequível, sendo certo que sua constituição está sujeita aos registros nos prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como verificou que a garantia real é suficiente em relação ao saldo devedor das Debêntures na Data de Emissão, sendo certo que a execução da referida garantia sujeita-se aos riscos indicados no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo..
- 10.1.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

10.2. Declarações e Garantias da Emissora

10.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar os Contratos da Emissão e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, possuindo capacidade legal e os poderes necessários para celebrar todos os documentos no âmbito da Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia e por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e os Contratos de Garantia, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissão, e o Formulário de Referência contém todas as informações relevantes em relação à Emissora, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar, no Prospecto Definitivo da Emissão e no Formulário de Referência da Emissora em relação à Emissora são verdadeiras, corretas e completas;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar, no Prospecto Definitivo da Emissão e no Formulário de Referência da Emissora em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospectos Preliminar e Definitivo da Emissão e na data de apresentação do Formulário de Referência da Emissora, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do referido documento seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) as informações financeiras da Emissora, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência da Emissora, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação

governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;

(l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e

(n) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inверacidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula X.

CLÁUSULA XI

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

11.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a quaisquer das partes e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

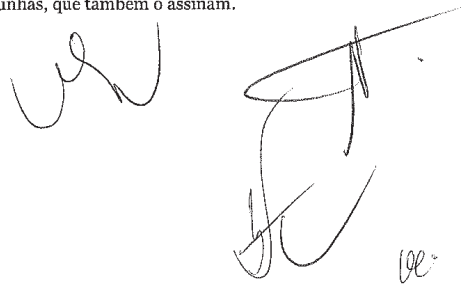
12.4. O Agente Fiduciário não é obrigado, para se basear nas suas decisões, a efetuar qualquer verificação de veracidade das deliberações societárias e atos da administração da Emissora ou ainda de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores. O Agente Fiduciário não será ainda, em nenhuma circunstância, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2012.

The image shows three handwritten signatures in black ink. The first signature on the left is a stylized, cursive 'M'. The second signature in the middle is a more complex, angular cursive script. The third signature on the right is a smaller, simpler cursive mark.

Página de Assinatura Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:


Benedito Sérgio de Rezende
Diretor Presidente

Nome:
Cargo:


Fernando Antônio dos Anjos Viana
Diretor de Relações com Investidores



Página de Assinatura Escrita da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

[Handwritten Signature]

Nome: *MARIA CARLA NUNES V. ABREU*
Cargo: *PROCURADORA*

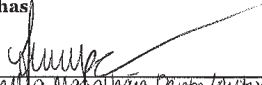
[Handwritten Signature]

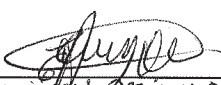
Nome: *MANUELA EUNICE MOTA M. DE F. NEVO*
Cargo: *PROCURADORA*




[Large Handwritten Signature]

Página de Assinatura Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Testemunhas


Nome: Manoel Matheus Pinto Leuchner
RG: 045.244.926-66 / MG 11.091.365


Nome: Edson Primundo de Oliveira
RG: M-1.115.502

Anexo I
Cronograma de Amortização

Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário
30/setembro/2012	0,00%
30/outubro/2012	0,00%
30/novembro/2012	0,00%
30/dezembro/2012	0,00%
30/janeiro/2013	0,00%
28/fevereiro/2013	0,00%
30/março/2013	2,92%
30/abril/2013	2,84%
30/maio/2013	2,76%
30/junho/2013	2,72%
30/julho/2013	2,66%
30/agosto/2013	2,61%
30/setembro/2013	2,55%
30/outubro/2013	2,49%
30/novembro/2013	2,46%
30/dezembro/2013	2,41%
30/janeiro/2014	2,36%
28/fevereiro/2014	2,32%
30/março/2014	2,26%
30/abril/2014	2,23%
30/maio/2014	2,19%
30/junho/2014	2,07%
30/julho/2014	2,00%
30/agosto/2014	1,96%
30/setembro/2014	1,90%
30/outubro/2014	1,86%
30/novembro/2014	1,83%
30/dezembro/2014	1,82%
30/janeiro/2015	1,79%
28/fevereiro/2015	1,75%

Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário
30/março/2015	1,72%
30/abril/2015	1,69%
30/maio/2015	1,66%
30/junho/2015	1,64%
30/julho/2015	1,63%
30/agosto/2015	1,61%
30/setembro/2015	1,59%
30/outubro/2015	1,57%
30/novembro/2015	1,68%
30/dezembro/2015	1,67%
30/janeiro/2016	1,65%
29/fevereiro/2016	1,62%
30/março/2016	1,59%
30/abril/2016	1,58%
30/maio/2016	1,55%
30/junho/2016	1,53%
30/julho/2016	1,51%
30/agosto/2016	1,49%
30/setembro/2016	1,46%
30/outubro/2016	1,44%
30/novembro/2016	1,42%
30/dezembro/2016	1,41%
30/janeiro/2017	1,39%
28/fevereiro/2017	1,36%
30/março/2017	1,35%
30/abril/2017	1,33%
30/maio/2017	1,29%
30/junho/2017	1,27%
30/julho/2017	1,27%
30/agosto/2017	1,27%
Total	100,00%

Anexo II
Layout do Relatório Gerencial

Quanto às informações referentes ao **mês imediatamente anterior**, que devem ser enviadas até o dia [•] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Saldo atualizado da carteira de Direitos Creditórios apurado para o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior, discriminada:	
Carteira Ativa	R\$ [•]
Carteira de Direitos Creditórios Rompidos (Créditos que estão em processamento pelo Estado por qualquer motivo)	R\$ [•]
Valor dos Direitos Creditórios em atraso, a mais de 30 dias e cujo rompimento ainda não tenha ocorrido no mês calendário imediatamente anterior:	R\$ [•]

Quanto às informações referentes ao **mês em questão**, que devem ser enviadas até o dia [•] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Valor dos Direitos Creditórios cuja data de vencimento ocorra no mês calendário do relatório: (valor esperado para o recebimento de Direitos Creditórios para o mês calendário do relatório)	R\$ [•]
---	---------

